

ARTIGO ORIGINAL – DOSSIÊ “MÚSICA E MULHERES”

# Leonor de Castro: a primeira professora do Conservatório de Música do Rio de Janeiro

Clara Fernandes Albuquerque 

Colégio Pedro II / Universidade Federal do Rio de Janeiro | Rio de Janeiro, RJ, Brasil

**Resumo:** Este trabalho é uma análise da vida e atuação de Leonor Tolentina de Castro, ex-aluna e primeira professora do Conservatório de Música do Rio de Janeiro (1866-1890). O objetivo principal foi visibilizar a sua trajetória profissional e os objetivos específicos foram analisar as contribuições de sua atuação para a formação profissional feminina e compreender aspectos da profissionalização docente em música no Rio de Janeiro oitocentista. Foi construída uma narrativa histórico documental, utilizando-se como fontes periódicos da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, registros do site FamilySearch, documentos institucionais do Museu D. João VI e uma fotografia localizada na Biblioteca Alberto Nepomuceno, ambos da UFRJ. Como referenciais, foi utilizada uma abordagem microhistórica, os conceitos de interseccionalidade e de profissionalização docente. Conclui-se que Leonor de Castro, mulher de ascendência negra, teve uma atuação profissional potente, obtendo êxito pessoal e profissional, apesar dos desafios enfrentados, oportunizando conhecimento musical profissionalizante a centenas de mulheres.

**Palavras-chave:** Leonor Tolentina de Castro, Conservatório de Música, Rio de Janeiro do século XIX, Professoras de música.

**Abstract:** This work is an analysis of life and activity of Leonor de Castro, student and first teacher at the Rio de Janeiro Music Conservatory (1866-1890). The main objective was to make her professional trajectory visible, and the specific objectives were to analyze the contributions of her work to female professional training and understand aspects of the professionalization of teaching music in nineteenth-century Rio de Janeiro. The work follows a historical-documentary approach, including as sources newspapers found in Digital Newspaper Archive of the National Library, the FamilySearch website, institutional documents and a photograph located in the Alberto Nepomuceno Library, both at UFRJ. Using a microhistorical approach, the concepts of intersectionality and teaching professionalization as references, it was concluded that Leonor de Castro, a woman of black descent, had a powerful professional performance, achieving personal and professional success, despite the challenges, providing professional musical knowledge to hundreds of women.

**Keywords:** Leonor Tolentina de Castro, Conservatory of Music, 19<sup>th</sup> century Rio de Janeiro, Female music teachers.

O apagamento das vidas e atuações das mulheres, perceptível em seu cotidiano e nos registros históricos, há muito vem sendo denunciado e tem provocado reações de reparação de forma crescente no Brasil nos últimos anos. Já lamentava, em 1853, a professora Nisia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo de Dionisia Gonçalves Pinto (1810-1885), em seu livro *Opúsculo Humanitário*. Ela dizia que “não é na história de nossa terra, que iremos estudar a situação de nossas mulheres; porque infelizmente os poucos homens que têm escrito apenas esboços dela, não as acharam dignas de ocupar algumas páginas de seus livros” (Augusta, 1853, p. 46-47).

Esta invisibilidade também ocorre entre profissionais da música, nos dias atuais. Joana Maria Pedro, Isabel Nogueira e Camila Zerbinatti, em artigo sobre a construção do campo Gênero e Música, denunciaram a manutenção do campo musical como “predominantemente masculino, branco, androcêntrico, eurocêntrico, marcado pela constante e crônica exclusão e silenciamento das mulheres (e de outros grupos social e historicamente marginalizados)” (Pedro; Nogueira; Zerbinatti, 2018, p. 10). Em relação à docência, Diane Valdez e Miriam Alves observaram que obras de História da Educação que trazem biografias geralmente priorizam o gênero masculino (Valdez; Alves, 2019, p. 7). No *Dicionário de educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais*, por exemplo, mesmo no século XX, período considerado da “feminização do magistério”, grande parte dos verbetes é sobre educadores, indicando que as atividades desempenhadas por educadoras, mesmo que consideradas em maioria, não seriam dignas de registro. Valdez e Alves citam a observação de Catani (2003):

Poderíamos indagar sobre o fato de serem poucas mulheres diante do número total de educadores inclusos no *Dicionário*, ou poderíamos considerar o número razoável pelo fato **das mulheres terem tido pouca visibilidade** nos quadros mais legítimos do campo educacional ou poderíamos ainda, como o tom e as palavras dos organizadores parecem permitir entender, **sentirmo-nos desafiados – enquanto estudiosos de história da educação – a colaborar na superação desses limites, certamente provisórios das presenças e ausências dos educadores e educadoras na obra** (Catani, 2003 apud Valdez; Alves, 2019, p. 8-9, grifos nossos).

Este texto foi elaborado para somar esforços às pesquisas produzidas em número cada vez mais

expressivo desde os anos 2000<sup>1</sup>, que procuram dar visibilidade ao trabalho das mulheres, remunerado e não remunerado, bem como à atuação e docência feminina, especificamente em música. O período escolhido para a minha investigação foi a segunda metade do século XIX, sendo o local o Rio de Janeiro. Naquele momento, uma importante instituição de ensino musical profissionalizante, o Conservatório de Música, estava sendo criada e desenvolvida. De acordo com Janaina Giroto da Silva, a instituição exercia

um papel articulador no panorama musical oitocentista, [...] contribuiu expressivamente para a expansão do cenário musical, estabeleceu uma metodologia para o ensino de música, fôreguladora do mercado de trabalho e atuou como instituição com crescente participação feminina, seja profissional ou amadora (Silva, 2018, p. 37).

O Conservatório de Música foi fundado em 1848 por iniciativa de membros de uma corporação de músicos, a Sociedade Musical de Beneficência, visando à formação de homens e mulheres para exercer uma carreira artística, especialmente nas igrejas e no teatro, de acordo com suas Bases estabelecidas com o Decreto 496 de 1847. A instituição ofereceu ensino profissionalizante e gratuito de música, seria financiada com o rendimento de apólices da dívida pública compradas com o produto da extração de dezesseis loterias autorizadas pelo governo (Laemmert, 1848, Suplemento, p. 11).

A cadeira de Rudimentos e Canto para o sexo masculino foi a primeira a ser implementada no Conservatório, em 1848, após a extração da primeira loteria. Com a extração da segunda loteria em 1852 (Diário<sup>2</sup> do Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1852, ed. 9156, p. 4), no ano seguinte a mesma modalidade passava a ser oferecida para o sexo feminino, tendo como professor Francisco Manoel da

---

<sup>1</sup>Pedro, Nogueira e Zerbinatti, em seu artigo sobre o campo de Música e Gênero, contabilizaram 141 produções, dentre livros, teses e dissertações, das quais 90% foram escritas entre os anos 2000 e 2018 (Pedro; Nogueira; Zerbinatti, 2018, p. 4 e 6).

<sup>2</sup> Os nomes próprios e nomes dos periódicos foram mantidos com a ortografia da época, para facilitar futuras buscas na Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional por outros pesquisadores.

Silva<sup>3</sup>, o diretor da instituição (Correio Mercantil, 6 de novembro de 1853, ed. 309, p. 3). Apesar de o ensino para mulheres ter sido previsto por decreto e instituído alguns anos após a criação da instituição, pouco se encontrava a respeito da atuação feminina em produções sobre o Conservatório, independente do inegável mérito de tais obras para as áreas da Musicologia e Educação Musical. Revisitar e analisar fontes como documentos oficiais e periódicos oportunizou rever estes silenciamentos.

Este trabalho é um recorte de minha tese de doutorado defendida em 2023, sob orientação de Inês de Almeida Rocha. Na tese, analisei como a formação musical no Conservatório de Música do Rio de Janeiro abriu oportunidades de trabalho, especialmente como cantoras e professoras, para mulheres brasileiras de classes menos favorecidas<sup>4</sup>. O ensino de música e de outros saberes não costumava ser realizado no século XIX por estas mulheres, mas predominantemente por imigrantes, assim como brasileiras advindas de estratos mais abastados. Imigrantes vieram para o Brasil ao longo dos oitocentos e, além de professoras e cantoras de companhias líricas, atuavam como modistas, parteiras e comerciantes, dentre outras ocupações (Amorim, 2017, p. 46; Albuquerque, 2023, p. 146; p. 151-153).

Já em relação às mulheres brasileiras pertencentes a camadas mais abastadas, não era incomum que fizessem uso de seus conhecimentos musicais para oferecer aulas particulares ou em colégios, quando não se casavam ou passavam por algum tipo de revés financeiro (Louro, 2017, p. 453;

---

<sup>3</sup> Francisco Manoel da Silva foi um destacado músico e intelectual do período. Segundo Anne Meyer, o Conservatório de Música, a Sociedade Beneficência Musical e a Capela Imperial, uma “tríade de força única com real capacidade de norteamiento do campo musical” estavam sob sua “batuta” (Meyer 2023, p. 187). A partir de 1842, Francisco Manoel se tornaria o mestre da Capela Imperial, reorganizando a instituição e conseguindo a readmissão de 26 músicos para a orquestra, que havia sido desfeita durante o Período Regencial (Cardoso, 2005, p. 91). O músico foi diretor da Sociedade Beneficência Musical de 1849 a 1856, em 1861 e 1862, tornando-se honorário em 1863 (Albuquerque, 2023, p. 234). Ele foi o diretor do Conservatório de 1848 até a sua morte, em 1865 (Correio Mercantil, 15 de agosto de 1848, ed. 222, p. 1; Correio Mercantil, 20 de dezembro de 1865, ed. 346, p. 2). Francisco Manoel compôs muitas peças musicais, principalmente sacras (Hazan, 1999), além do Hino Nacional Brasileiro, sua obra mais conhecida, produziu compêndios para o ensino de música, dentre eles o que era usado no Colégio de Pedro II desde sua inauguração em 1838 (Silva, s/d).

<sup>4</sup> Ao lidar com as informações encontradas sobre o Conservatório, tiveo conhecimento, por exemplo, de que, em uma cerimônia realizada em 1856 quando se celebrou um ano de sua reorganização, o diretor Francisco Manoel pediu à imperatriz a sua proteção em favor das alunas pobres (Academia de Belas Artes, 1856, p. 14). Em relatório ao Ministro do Império, o diretor Thomaz Gomes dos Santos dizia que “esta instituição [...] tem dado um meio de vida honesto a grande número de donzelas pobres, que tiram os meios de sua subsistência do exercício da música” (Brasil, 1871, p. 8).

Gondra; Schueler, 2008, p. 202). Esta era uma opção mais prestigiada do que outros ofícios, como os de parteira, costureira e governanta<sup>5</sup> (Villela, 2000, p. 122).

Elas tinham maior acesso ao aprendizado musical, mas excetuando-se os casos acima, os objetivos não eram primordialmente profissionais. A música era parte de uma formação que visava torná-las prendadas e preparadas para serem atraentes no mercado matrimonial, zelando pelo nome da família e gerando alianças vantajosas. Suas habilidades sociais e talentos deveriam ser demonstrados em ocasiões de exposição pública como bailes, jantares e saraus, que cresceram em número e em complexidade na segunda metade do século XIX. Eram algumas dessas habilidades a capacidade de “entreter os convidados, conversar polidamente, tocar instrumentos, cantar de modo agradável, demonstrar maneiras refinadas, falar línguas” (Hahner, 2018, p. 54-55).

As professoras, fossem imigrantes ou brasileiras abastadas, ensinavam saberes diversos para além da música, como leitura e escrita, contas, história e geografia, idiomas, bordados, costura, quitutes caseiros, boas maneiras, pintura, dança, regras de etiqueta, doutrina religiosa (Vasconcelos, 2005, p.10; Haidar, 2008, p. 212). Algumas iam às casas de suas alunas em horários acordados previamente com as famílias, sendo pagas pelas aulas que dessem, podendo atender em diversos locais simultaneamente. Outras moravam em colégios ou atuavam como preceptoras se estabelecendo nas casas, exercendo até mesmo funções administrativas como governantas, mesmo se submetendo a regras e restrições impostas por seus contratantes. A contratação de preceptoras e governantas tinha um custo mais elevado, por isso era feita em geral por famílias com mais posses (Vasconcelos, 2005, p. 12). Havia aquelas que trocavam seus serviços por habitação e alimentação, bem como por companhia (Albuquerque, 2023, p. 167-173). Outras se propunham a difundir conhecimentos musicais aprofundados e algumas conquistavam prestígio e fama, se dedicando a atender a membros da elite, mediante bons pagamentos (Albuquerque, 2023, p. 177-179).

O ensino realizado no Conservatório se diferenciava do contexto de aulas de música

---

<sup>5</sup> Nesta época, mais da metade das mulheres trabalhavam, fossem livres e escravizadas. De acordo com o recenseamento da população do Município Neutro em 1872, isto é, do Rio de Janeiro, brasileiras e imigrantes livres exerciam atividades remuneradas como religiosas, parteiras, professoras, artistas, capitalistas e proprietárias, comerciantes, costureiras, funcionárias de fábricas de vestuário e chapéus, lavradoras, criadas e no serviço doméstico, tais como lavadeiras e cozinheiras. As escravizadas trabalhavam como artistas, costureiras, lavradoras, criadas e atuavam no serviço doméstico (Brasil, 1872, n.p.).

particulares, em especial de piano e canto, uma vez que a instituição era frequentada por meninas que provavelmente não tinham acesso a estas aulas privadas nem a pianos em suas casas, mas puderam se profissionalizar na música, ao invés de exercer outros tipos de atividades remuneradas.

Selecionei na tese, para maior aprofundamento da formação, profissionalização e atuação, um grupo de vinte alunas que estudaram entre 1853 e 1873 - pois a partir deste ano a cadeira de piano foi aceita pelo governo, mudando um pouco o perfil das meninas que procuravam a instituição. A maioria delas desenvolveu como principais atividades profissionais o canto em festividades religiosas e a docência, em música ou na instrução primária pública e particular, em colégios ou em aulas particulares. Esta seleção foi possível a partir do levantamento de informações em periódicos. Seus nomes eram divulgados nas listagens de alunas premiadas<sup>6</sup> anualmente pela instituição por seu desempenho.

Neste artigo, dirijo a atenção especificamente para uma dessas vinte mulheres, a professora Leonor Tolentina de Castro. Ela teve uma ligação especial com o Conservatório de Música, pois além de ex-aluna, se tornou a primeira professora para o sexo feminino. Leonor substituiu Francisco Manoel da Silva, o idealizador e então diretor da instituição, à frente da aula de Rudimentos e Canto para o sexo feminino em 1866. Conhecer a trajetória de Leonor de Castro me despertou curiosidade e me inspirou, pois é no Curso de Extensão da Escola de Música da UFRJ, antigo Conservatório, onde atualmente leciono Teoria e Percepção Musical para crianças, jovens e adultos da comunidade externa. Esta disciplina é de certa forma análoga a que a mestra esteve à frente durante 24 anos ininterruptos, até ter sido demitida por contada mudança administrativa realizada por ocasião da primeira República (Novidades, 24 de fevereiro de 1890, ed. 43, p. 1).

Assim como tantas outras professoras, embora Leonor tenha tido uma atuação tão longa, poucas linhas se escreveu a respeito dela nas páginas da história. No máximo, ela foi citada em notas de rodapé<sup>7</sup> (Ginzburg, 2007, p. 264). No entanto, com minha narrativa, não pretendo enfatizar a vida

---

<sup>6</sup> A partir de 1855, ocorreu uma reorganização do Conservatório promovida pelo então ministro do império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz. A partir daí, novas cadeiras foram implementadas, como de instrumentos de cordas e sopros, harmonia e contraponto e as demais loterias foram extraídas. Foram organizados concertos em comemoração pela reorganização, bem como premiações com menções honrosas, medalhas de prata e ouro para os alunos e alunas que mais se destacassem nos estudos e nos concertos (Correio Mercantil, 30 de janeiro de 1855, ed. 29, p. 1).

<sup>7</sup> Antonio Augusto se referiu brevemente a Leonor de Castro na página 28 de sua tese de doutorado (2008), comentando ... pag.

de Leonor de Castro, romantizando sua trajetória, com o propósito de torná-la uma personagem ilustre, uma heroína ou uma vítima das circunstâncias (Priore, 2017, p. 9). Ela era uma mulher comum, “infame” (Foucault, 2006).

Construí uma narrativa histórico documental utilizando como fontes periódicos publicados no Rio de Janeiro, acessíveis pela Hemeroteca Digital Brasileira da Fundação Biblioteca Nacional, assentamentos de batismos, casamentos e óbitos do site de pesquisa genealógica *FamilySearch*, documentos institucionais, disponíveis online no site do museu D. João VI da Escola de Belas Artes da UFRJ. Um documento teve especial relevância: uma fotografia que se encontra em um Álbum comemorativo do centenário do Conservatório de Música, elaborado em 1948 durante a direção de Joanídia Sodré. Ele revelou uma informação que propiciou a localização de indícios em outras fontes, contribuindo para a continuidade da pesquisa.

Este trabalho teve como perguntas norteadoras: Quem foi Leonor de Castro? Que atividades ela desenvolveu enquanto professora do Conservatório de Música? De que forma a análise dos vestígios biográficos desta professora podem auxiliar na compreensão da profissionalização em música e na docência em música no Rio de Janeiro do século XIX? Tive como objetivo principal visibilizar a trajetória profissional de Leonor de Castro, e como objetivos específicos analisar as contribuições de sua atuação para a formação, inclusive profissionalizante, de outras mulheres, assim como compreender como esta atuação pode trazer à luz aspectos da profissionalização docente em música no Rio de Janeiro oitocentista.

Utilizei uma abordagem microhistórica, onde a partir de uma escala reduzida, é possível perceber detalhes que “passariam despercebidos” em uma análise macro (Barros, 2004, p. 153), ou “captar algo que escapa da visão de conjunto” (Ginzburg, 2007, p. 267). Como diz Alessandra Schueler, as experiências individuais de professoras, narradas por meio desta abordagem, não têm por objetivo destacar certos indivíduos do todo que forma a sociedade, mas demonstrar que “vidas minúsculas participam da história” (Schueler, 2006/2007, p. 13 e 14; Revel, 1998, p. 12). Quero usar o seu “nome próprio” para ser o “o fio condutor de uma história social diferente” (Revel, 2010, p.

---

que, assim como o professor Cavalier Darbilly, que foi objeto de estudo do pesquisador, ela foi demitida do cargo por ocasião da transformação do Conservatório em Instituto Nacional de Música.

438).

A partir dos vestígios das experiências de vida de Leonor, o interesse não é somente biografá-la, ainda que seja também minha intenção visibilizar sua existência, mas entender o que ocorria na educação profissionalizante, deixar ver algo da profissionalização docente feminina em música no século XIX, sobretudo de estratos mais baixos da sociedade, que talvez escapasse em uma análise tradicional em “macro-perspectiva” (Barros, 2004, p. 154). É como se com o exame de uma gota d’água se pudesse vislumbrar algo do oceano inteiro (Barros, 2004, p. 155). Falar sobre Leonor, de acordo com a microhistória, seria abordar a profissionalização docente feminina a partir da sua experiência como um ator social frente ao “jogo de estruturas”, no lugar de se pensar em “processos sociais maciços, anônimos, inconscientes” (Revel, 1998, p. 9).

Na minha narrativa procurei evidenciar o processo e as limitações da pesquisa e da documentação, bem como as hipóteses e as linhas de pensamento que segui (Levi, 1992, p. 153), as “hesitações e silêncios”, as dúvidas e as incertezas (Ginzburg, 2007, p. 265). O paradigma indiciário de Carlo Ginzburg foi usado como norteador da leitura e análise dos documentos. Busquei atentar às entrelinhas, aos silêncios, às minúcias e detalhes, buscando pistas, como um detetive, observando “indícios imperceptíveis para a maioria”, o que me levou a um ir e vir nas fontes, a fim de complementar as informações (Ginzburg, 1989, p. 144 e 145).

Como dito, o grupo de alunas do Conservatório, no qual Leonor se inseria, não era formado por meninas advindas de estratos privilegiados da população, que tinham maior acesso ao ensino de música e aos bens culturais. As mulheres do século XIX não tinham as mesmas oportunidades, limitações, desafios e problemas, ainda que todas vivessem dentro de uma lógica colonial, machista, patriarcal e escravista. As experiências de mulheres negras, mestiças e brancas, livres libertas ou escravizadas, ricas ou pobres eram diversas e dependendo de seu gênero, raça, condição jurídica e classe social, uma soma de vulnerabilidades afetaria desproporcionalmente umas em relação a outras (Crenshaw, 2002, p. 173). Os sistemas de opressão, embora distintos, frequentemente “se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas”, que fazem com que tais mulheres sejam atingidas por um acúmulo de desafios gerados por diversas vias (Crenshaw, 2002, p. 177). Sendo assim, embora o conceito de interseccionalidade tenha sido pensado recentemente, ele pode ser aplicado às mulheres

oitocentistas e não seria possível considerar Leonor de Castro sob a perspectiva de uma mulher “única, abstrata, ahistórica” (Rago, 1995, p. 85).

Finalmente, para compreender a profissionalização docente de Leonor, entende-se que a construção de sua identidade pessoal e profissional se deu durante o processo de formação e ao longo de sua vida, assimilando saberes e fazeres, sempre em convivência, diálogo e troca com seus pares (Dubar, 2012). As vivências diárias foram parte do aprendizado, assim como os questionamentos frente às impossibilidades e limitações que surgiam no processo de ensino. A profissionalização depende de um processo de socialização, onde além da aquisição de saberes e competências há o reconhecimento mútuo entre as pessoas que desempenham atividades semelhantes, de acordo com Claude Dubar. Logo, a convivência e interação de Leonor com colegas e professores, contribuíram para a construção social de sua identidade profissional, conforme se verá posteriormente (Dubar, 2012, p. 354). A professora não apenas adquiriu conhecimentos nestes locais, mas se inseriu em uma cultura, uma visão de mundo, adotou condutas de vida ligadas àquele grupo, passando por uma “transformação identitária” que é inerente ao mundo profissional ao qual ela passou a fazer parte (Dubar, 2012, p. 357).

## **1. A vida pessoal, formação e atuação profissional de Leonor de Castro: primeiros indícios**

A pesquisa sobre Leonor de Castro teve início quando, ao coletar dados sobre o Conservatório de Música, seu nome foi citado em 1868 como professora de “rudimentos de música, solfejo, e noções gerais de canto, para o sexo feminino” no *Almanak Laemmert*, periódico de publicação anual, uma espécie de catálogo, onde profissionais de áreas diversas divulgavam seus serviços (Laemmert, 1868, p. 361). Somadas às informações a seu respeito que chegaram por meio do levantamento sobre o Conservatório, foram realizadas buscas com diferentes combinações de seu nome, como “Leonor Tolentino”, “Leonor Tolentina”, “Leonor de Castro”, “Tolentina de Castro”, que geraram resultados diferentes e complementares. No *Almanak Laemmert*, ela continuou figurando como professora do Conservatório até o ano de 1889 (Laemmert, 1889, p. 1576). Nos anos de 1871 (Laemmert, p. 473), 1872 (Laemmert, p. 508) e 1891 (Laemmert, p. 952) seu nome e endereço aparecem nas listagens de

professores de canto e piano.

Nos periódicos diários, como o *Jornal do Commercio*, descobriu-se que Leonor Tolentina de Castro foi “herdeira e inventariante de seu finado tio e padraсто Joaquim Manoel da Silva Castro, porteiro e aposentado da repartição geral dos telégrafos” (O Tempo, 9 de março de 1893, ed. 642, p. 1). Por um bom tempo, durante o levantamento de dados, este foi o único parente da professora que havia sido localizado. Até que se chegou ao anúncio de 6 de fevereiro de 1864, em que se informava que ela se casara com Fortunato José Fazenda (1839 – 1877) (Jornal do Commercio, 17 de março de 1864, ed. 76, p. 2), 2º tenente do corpo de artífices da corte. A busca com o nome de seu marido levou à descoberta de que em 1866, dois anos depois do casamento, Fortunato havia sido reformado por ter sofrido “moléstia incurável” (Diário do Rio de Janeiro, 6 de janeiro de 1866, ed. 5, p. 1), mas permaneceu no posto “vencendo um terço do respectivo soldo” (Diário do Rio de Janeiro, 19 de maio de 1866, ed. 119, p. 1). Isso parece indicar dificuldades financeiras que podem ter levado Leonor a se tornar provedora principal da família, ressaltando-se a importância do salário que passou a receber como professora do Conservatório em fevereiro daquele mesmo ano, como será visto adiante.

Uma informação que surgiu na pesquisa foi a posse por Leonor e Fortunato da “terça parte do prédio n. 42 da Rua da Carioca”, imóvel que acabou sendo vendido em 1868 para Jacques Victor Girard (Jornal do Commercio, 13 de maio de 1868, ed. 133, p. 4). O tio, padrinho e padraсто de Leonor, Joaquim Manoel da Silva Castro, era proprietário de uma loja nesse mesmo endereço (Correio Mercantil, 17 de setembro de 1862, ed. B00227, p. 3). Além de proprietário, de acordo com o *Almanak Laemmert*, a partir de 1863 ali seria sua residência, e provavelmente a de Leonor (Laemmert, 1863, p. 302; Indicador Alfabético, 1863, p. 71).

O endereço da rua da Carioca n. 42 também foi utilizado para abrigar as aulas para o sexo feminino do Conservatório. Inicialmente, em 1853, elas ocorriam no Colégio de Santa Teresa, um estabelecimento para meninas pobres e órfãs gerido pela Imperial Sociedade Amante da Instrução. Estas meninas foram inclusive beneficiadas com as aulas de música a cargo de Francisco Manoel da Silva (Andrade, 1967, v. I, p. 261). A partir de janeiro 1862, elas foram transferidas da rua dos Barbonos para uma sala alugada por 70\$ no prédio da rua da Carioca n. 42 (Jornal do Commercio, 10 de janeiro de 1862, ed. 10, p. 2; Jornal do Commercio, 21 de janeiro de 1862, ed. 21, p. 1, segunda

folha), até serem estabelecidas, em 1867, permanentemente no edifício do Conservatório de Música (Laemmert, 1867, p. 345).

Não foi possível identificar se houve uma coincidência ou uma correlação entre os endereços das aulas do sexo feminino de 1862 a 1867 e a propriedade de Leonor, seu marido e seu tio. O que se sabe é que, no ano de 1863, a jovem possivelmente morava com Joaquim Manoel no prédio onde ocorriam as aulas do Conservatório e ela mesma era uma das alunas, pois seu nome figurava entre as premiadas com medalha de ouro em canto (Correio Mercantil, 7 de dezembro de 1863, ed. 336, p. 1-2).

Em 1867 e 1868, Leonor de Castro publicou convites para as missas de 2º e 3º ano de morte de Francisco Manoel da Silva como ex-aluna, em companhia de seus colegas, época em que já era professora do Conservatório (Jornal do Commercio, 17 de dezembro de 1868, ed. 350, p. 3):

**D. Leonor Tolentina de Castro Fazenda**, Amelia de Figueiredo Coutinho, Joanna Maria de Oliveira, Maria Isabel Teixeira, Elvira Rosa Ferreira, Maria Porcina de Freitas, Henrique da Silva e Oliveira, Eloy José da Cunha, Antonio Bruno de Oliveira, Rufino José da Cunha, Henrique Gomes Braga e Eugenio Adolpho Luiz da Cunha, **alunos e ex-alunos do Conservatorio de Música**, gratos à memória do seu mestre, diretor e instituidor do mesmo Conservatório, o comendador Francisco Manoel da Silva, mandam celebrar uma missa amanhã 19 do corrente, segundo aniversário de seu passamento, na matriz de Santo Antonio, às 8 ½ horas; e convidam aos parentes e amigos do finado a comparecerem àquele ato de caridade e religião (Jornal do Commercio, 18 de dezembro 1867, ed. 351, p. 3, grifos nossos).

Outra notícia em que Leonor figurou como aluna dizia respeito a uma festividade, promovida em 1862 pela Devoção do Senhor Bom Jesus do Calix, na Igreja da Lampadosa, regida por Francisco Manoel da Silva: “música é do comendador Francisco Manoel da Silva, que também por obsequio se presta a dirigir **com suas alunas do conservatório** as Ilmas. Sras. D. Maria das Dores, Amelia de Figueiredo, **Leonor**, Maria Eugenia, Maria da Gloria, Felicianna, Henriqueta, Emilia e Januaria [...]” (Jornal do Commercio, 28 de maio de 1862, ed. 146, p. 2, grifos nossos).

O canto em festividades religiosas era uma forma de se praticar os conhecimentos desenvolvidos no Conservatório. As alunas de Francisco Manoel da Silva, dentre elas Leonor, cantaram em diversas festas ligadas a irmandades, confrarias e ordens terceiras, sob sua regência e a de outros diretores musicais. De igual forma, os alunos participavam destas festas, bem como recebiam mensalmente uma

pequena remuneração pela participação no coro e orquestra da Capela Imperial, o que era interdito às mulheres (Cardoso, 2005, p. 100-102). Leonor de Castro participou de outras festividades posteriormente, como professora. Ela realizou solos na festa de nossa Senhora da Conceição da matriz de Sant'Anna em 1867 (Jornal do Commercio, 14 de dezembro de 1867, ed. 347, p. 2), e na festividade de Nossa Senhora do Amparo, na matriz de São José, em 1868, em ambas “por devoção”, isto é, de forma não remunerada:

[...] Será executada a missa de Mercadante e o Te Deum do distinto mestre Francisco Manoel, tudo dirigido pelo hábil professor o Sr. João Theodoro de Aguiar. Cantarão os solos por devoção as Exmas. Sras. **D. Leonor Fazenda**, D. Augusta Castellões e D. Amelia Figueiredo. [...] (Jornal do Commercio, 12 de novembro de 1868, ed. 315, p. 1, grifos nossos).

Apesar disso, se comparado a outras alunas, Leonor não participou com tanta frequência de festividades religiosas ao longo de sua vida, o que leva a crer que esta não fosse sua atividade principal. A professora também exerceu o cargo de zeladora na irmandade de São Crispim e São Crispiniano em 1867, uma irmandade que, no início do século XIX, agregava sapateiros, pardos em sua maioria (Siqueira, 2009, p. 4).

## 2. Leonor de Castro e a docência no Conservatório de Música

A forma como Leonor de Castro ingressou no cargo de professora do Conservatório de Música não ficou esclarecida por meio das informações coletadas nos periódicos. Logo após o falecimento de Francisco Manoel da Silva, foi possível localizar publicações em que os autores pediam para que se realizasse “uma prova teórica e prática perante os professores” da instituição, e que a professora substituta fosse escolhida por mérito e não por moralidade, um requisito que pesava muito naquele período em seleções para a instrução pública primária (Jornal do Commercio, 3 de janeiro de 1866, ed. 3, p. 2). Reclamou-se novamente por abertura de concurso, e informou-se que a “secretaria do império” havia recebido “vários requerimentos de senhoras, solicitando a cadeira de música do sexo feminino”. No entanto, denunciava-se que uma em especial já teria sido apadrinhada (Jornal do Commercio, 10 de janeiro de 1866, ed. 10, p. 2).

Alguns defendiam ainda que a escolha da professora deveria ser feita pela Sociedade Beneficência Musical e não pelo Governo, uma vez que o Conservatório foi criado por iniciativa daquela associação de músicos (Jornal do Commercio, 11 de janeiro de 1866, ed. 11, p. 2). Fosse por indicação da Sociedade ou por preferência dos dirigentes, o nome de Leonor de Castro era uma opção possível em ambos os casos. No entanto, estas hipóteses só puderam ser formuladas quando consegui maiores indícios sobre seus familiares, conforme será explicado. Contrariando os articulistas e as demais senhoras, a nomeação interina de Leonor para o cargo de professora de Rudimentos e Canto para o sexo feminino ocorreu por aviso do governo de 10 de fevereiro de 1866. Ela foi efetivada por portaria de 7 de agosto de 1867 (Academia de Belas Artes, 18 de abril de 1887, Notação 2180).

Independentemente de sua admissão ter sido ocasionada por mérito próprio, por indicação, ou pelos dois motivos, os periódicos também mostraram o quanto a professora foi bem sucedida, estimada e valorizada no exercício da docência ao longo dos anos. Em março de 1885, ao final da cerimônia de distribuição de prêmios da Academia de Belas Artes e do Conservatório, suas alunas fizeram “uma honrosa manifestação de apreço à distinta professora de rudimentos e solfejo, D. Leonor Tolentino de Castro”, diante “do sr. ministro do império, do corpo docente da Academia Imperial das Belas Artes e do Conservatório de Música”. Foi entregue à mestra “um valioso mimo, como prova de afeto pelo interesse e desvelo que vota às discípulas que lhe são confiadas” (O Paiz, 29 de março de 1885, ed. 87, p. 2).

Novamente, em 1887, após a distribuição de prêmios, “as alunas da aula de rudimentos de solfejo” foram à casa da mestra “e lhe ofereceram uma delicada joia de grande valor, como prova da consideração e da estima que lhe consagram” (Gazeta de Noticias, 23 de dezembro de 1887, ed. 357, p. 1). Nesta mesma cerimônia foi instituído um prêmio de nome “Leonor de Castro”, conquistado pela aluna do 3º ano da 1ª aula de piano, D. Maria Amelia Abalo (Jornal do Commercio, 23 de dezembro de 1887, ed. 357, p. 3). Este gesto poderia demonstrar o reconhecimento dos colegas, professores das demais cadeiras, ao seu trabalho à frente de uma classe numerosa de discípulas.

Uma terceira homenagem ocorreu no último dia de aulas para as turmas de 2º e 3º ano de Rudimentos e Solfejos para o sexo feminino de 1889. Foi publicado nos jornais que:

Ao entrar, a referida professora foi coberta de flores pelas alunas, que formavam alas. Na ocasião em que a manifestada sentava-se ao piano para dar começo à lição, dirigiu-se a ela a aluna D. Olivia Joaquina da Cunha que, depois de breve discurso, fez entregar à sua respeitável mestra uma chapa de ouro, representando uma tábua com a pauta de música e algumas notas cravejadas de brilhantes e rubis, e um lindo buquê de flores artificiais, com fitas cor de rosa e brancas, onde se lia: “As alunas do 2º e 3º ano oferecem à sua professora D. Leonor de Castro” (Jornal do Commercio, 15 de novembro de 1889, ed. 318, p. 1).

Em sua trajetória como professora do Conservatório, Leonor de Castro pôde evidenciar a boa aceitação de seu trabalho, pois suas aulas atraíam progressivamente mais alunas. Por outro lado, deve ter sido desafiador adaptar os métodos de ensino para lidar com um público cada vez mais numeroso, e possivelmente bem heterogêneo. No Relatório de 1886 (Brasil, 1887, p. 70), o ministro do império informava que “aumenta progressivamente todos os anos o número de alunos matriculados”. Naquele ano, das 148 matrículas, 107 eram de mulheres. Além destas, 70 ouvintes frequentaram as aulas. O ministro comentou sobre a frequência das aulas de Leonor, elogiando-a, informando inclusive que o número elevado de alunas demandava o auxílio de outro professor, que por sua vez, não tinha alunos na cadeira que lecionava:

Verificou-se maior concorrência em relação à aula de rudimentos e música, solfejo coletivo e individual e noções gerais de canto para o sexo feminino, **cuja professora, que com zelo e grande assiduidade se dedica ao ensino**, foi coadjuvada desde o meado do ano escolar pelo professor José Rodrigues Cortes, o qual, por não ter alunos em sua aula, se prestou a dirigir uma turma dos daquela (Brasil, 1887, p. 70, grifos nossos).

No ano seguinte, a necessidade de professores que dividissem a carga de Leonor levou à contratação temporária de duas alunas, Emilia Vieira de Castro e Idalina Rocha, como professoras auxiliares. O pedido de gratificação pode ser identificado neste documento de autoria de uma delas:

Emilia Vieira de Castro, **tendo sido incumbida pela sra. Professora D. Leonor Tolentino de Castro a lecionar a uma turma de alunas da aula de Rudimentos, solfejos e noções gerais de Canto**, sendo as primeiras lições do corrente ano escolar, e tendo sido esta designação mais tarde benignamente autorizada por V. Exa como lhe comunicou a mesma sra. professora, **vem pedir a V. Exa. que se digne entregar-lhe uma gratificação por este trabalho, conforme se dignou V. Exa. conceder a sua colega D. Idalina Rocha, que como a suplicante, leciona também a uma turma de alunas da mesma aula**. Depois da respeitável autorização de V. Exa., que lhe foi também graciosamente comunicada, pelo digno Sr. Inspetor de Ensino, a suplicante fez o seu primeiro serviço no dia 14 de maio último. Rio de Janeiro, 9 de julho de 1887. Emilia Vieira

de Castro (Academia de Belas Artes 9 de julho de 1887, Notação 2324, grifos nossos).

Dias depois, o pedido de Emilia foi reforçado pelo secretário da Academia de Belas Artes, dizendo que a quantia de 68\$387 deveria ser paga “à aluna D. Idalina Rocha”, assim como 63\$225 seria entregue “à aluna D. Emilia Vieira de Castro como auxiliares da aula de Rudimentos, Solfejos e Noções Gerais de Canto para o sexo feminino, correspondente ao mês de junho e mais 22 dias de maio à primeira e o mesmo e mais 18 dias de maio à segunda”. João Maximiano Mafra solicitava o pagamento “a fim de não estarem por mais tempo as duas alunas privadas daquele benefício” (Academia de Belas Artes, 12 de julho de 1887, Notação 2323). Pode-se perceber, com isso, que Leonor de Castro abriu, efetivamente, caminhos para que outras alunas se tornassem, ainda que temporariamente, professoras remuneradas do Conservatório.

A respeito da remuneração feminina, a própria Leonor de Castro recebeu pagamento ao longo dos 24 anos que permaneceu na instituição, e este não era menor do que o dos colegas do sexo masculino. Segundo relatório do diretor em 1869, o professor de canto recebia 80\$000 réis por quatro lições por semana, “os de **rudimentos e solfejos** que dão três lições por semana, tem **cada um** sessenta mil réis (60\$000) mensais” e os de instrumentos, que davam duas aulas por semana, recebiam 40\$000 (Brasil, 31 de março de 1870, p. 2-4, grifos nossos). Por outro lado, Joaquim Antonio da Silva Callado foi nomeado em 4 de maio de 1870 como professor de flauta, mas não recebia salário porque não havia verba suficiente (Brasil, 28 de abril de 1871, p. 8). Carlos Severiano Cavalier Darbilly, professor de piano, “ofereceu-se a ensinar gratuitamente, e foi aceito pelo Governo por Aviso de 19 de fevereiro de 1873” (Brasil, 30 de abril de 1875, p. 28).

Ainda que a professora tenha sido estimada por suas alunas e sua competência fosse reconhecida e respeitada por seus pares, em 12 de janeiro de 1890, publicou-se um decreto criando o Instituto Nacional de Música. O diretor Leopoldo Miguez dispensou do novo estabelecimento os professores de piano Arnaud Duarte Gouvea, Cavalier Darbilly e a professora de Rudimentos e Canto, Leonor de Castro (Jornal do Commercio, 14 de janeiro de 1890, ed. 14, p. 1).

Suas discípulas não aceitaram a demissão. Em 22 de janeiro de 1890, “uma grande comissão de alunas e ex-alunas do conservatório de música” foi à sede do *Jornal do Commercio* pedir a intervenção da imprensa “para que [fosse] conservada a professora D. Leonor de Castro, que ali leciona[va] há

mais de 24 anos. Informaram-nos que essa senhora tem se consagrado ao magistério com a maior dedicação, resultando daí grande aproveitamento para suas discípulas que muito a estimam e respeitam” (Jornal do Commercio, 23 de janeiro de 1890, ed. 23, p. 2). Os redatores acreditavam que o pedido ia ser atendido, em vista dos “honrosos antecedentes” da professora, mas não foi isso que ocorreu (Jornal do Commercio, 23 de janeiro de 1890, ed. 23, p. 2).

Elas não se deram por satisfeitas. No dia seguinte, uma comissão de alunas “dirigiu-se [...] à casa do sr. Marechal Deodoro, “pedindo a S. Exa. a conservação da distinta professora D. Leonor Tolentina de Castro na aula que há muitos anos tão dignamente rege. O sr. marechal prometeu estudar a questão para resolve-la como for de justiça” (Gazeta de Noticias, 24 de janeiro de 1890, ed. 24, p. 1). No periódico *Novidades*, o articulista dizia que a aula de Leonor era frequentada por “70 a 80 alunas, todas aproveitadas”, e considerou a saída dos três professores uma injustiça (Novidades, 24 de fevereiro de 1890, ed. 43, p. 1).

Apesar dos esforços, Leonor não foi readmitida. O diretor Leopoldo Miguez, em informação ao Ministro do Interior, em 29 de março de 1890, respondeu a uma representação de Leonor Tolentina, dizendo que “a questão passava somente por seus poucos méritos como professora” (Arquivo Nacional apud Augusto, 2008, p. 28). A justificativa de Miguez para a demissão de Leonor em nada condizia com o que havia acontecido nos últimos anos da década de 1880, com seu percurso na instituição, com o prestígio e reconhecimento que alcançara e a dedicação por parte de suas discípulas.

### **3. Uma fotografia e o site *FamilySearch*: revelações sobre os familiares de Leonor de Castro**

Até este momento da investigação, havia um considerável conjunto de informações a respeito da formação musical de Leonor de Castro, de sua atuação enquanto cantora de festividades religiosas e como professora do Conservatório, mas não se sabia sobre suas origens, sua família, a não ser sobre seu tio e marido. Em um Álbum Comemorativo confeccionado durante a direção de Joanidia Sodré por ocasião do centenário da instituição em 1948, identifiquei uma fotografia que fora doada por um parente. Havia no documento a data de 10 de setembro de 1878 e a dedicatória “À minha sobrinha

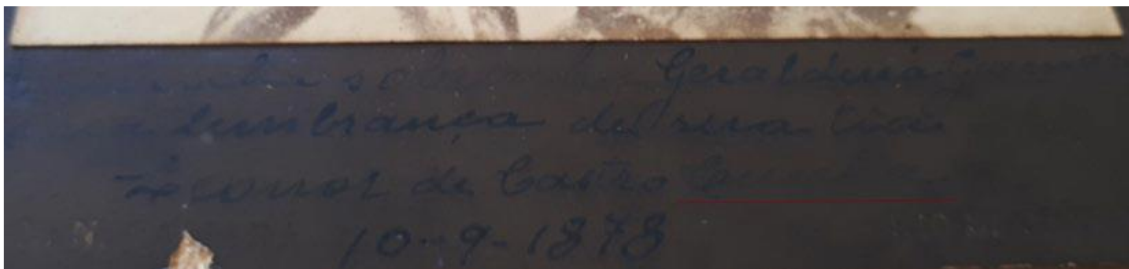
Geraldina Guimarães, uma lembrança de sua tia Leonor de Castro **Cunha**". Este sobrenome revelava que a professora do Conservatório teria tido, portanto, um segundo casamento.

FIGURA 1 – Leonor Tolentina de Castro no Álbum Comemorativo do Centenário da Escola de Música da UFRJ.



Fonte: Biblioteca Alberto Nepomuceno. Escola de Música da UFRJ, 1948.

FIGURA 2 – Dedicatória de Leonor de Castro a sua sobrinha.



Fonte: Biblioteca Alberto Nepomuceno. Escola de Música da UFRJ, 1948.

O primeiro marido, Fortunato José Fazenda, havia falecido em setembro de 1877, com tubérculos pulmonares (Jornal do Commercio, 11 de setembro de 1877, ed. 252, p. 4), um ano antes da data da foto. Nas publicações dos convites para as missas de sétimo dia e trigésimo dia não constava o nome de Leonor, mas de Camillo José Fazenda, irmão de Fortunato (Jornal do Commercio, 11 de setembro de 1877, ed. 252, p. 6; Gazeta de Noticias, 5 de outubro de 1877, ed. 275, p. 3). Os bens do militar foram arrecadados e vendidos “em praça do juízo de ausentes da 1ª vara” (Jornal do Commercio, 8 de novembro de 1877, ed. 310, p. 3). Os achados levavam a crer que a professora não estaria mais com seu marido na ocasião de sua morte.

Buscando pelo nome de seu tio, e tendo em vista que, supostamente, seu segundo sobrenome de casada era Cunha, cheguei ao anúncio para a missa de sétimo dia de Joaquim Manoel da Silva Castro, a pedido de “Pedro Cunha e Leonor de Castro Cunha”. Logo, Leonor de fato havia se casado novamente (Gazeta de Noticias, 27 de janeiro de 1893, ed. 26, p. 5). Por meio das informações levantadas a partir da busca com o sobrenome Cunha, identifiquei que as atividades musicais de Leonor prosseguiram. Em 1908, ela participou cantando solos na festa de Nossa Senhora do Terço, com “orquestra a cargo do tenor Pedro Cunha” (Jornal do Brasil, 28 de julho de 1908, ed. 210, p. 11). Na festa da padroeira Nossa Senhora da Ajuda na Ilha do Governador, a orquestra foi dirigida pelo “tenor sr. Pedro Cunha”, e a “sra. D. Leonor da Cunha fez o acompanhamento ao órgão” (Jornal do Brasil, 7 de março de 1912, ed. 67, p. 8). Na benção do Hospital Zacarias, as cantoras foram “acompanhadas pela sra. D. Leonor Cunha e regidas pelo maestro Pedro Cunha” (Jornal do Commercio, 2 de julho de 1914, ed. 182, p. 6).

Pedro Cunha era, portanto, músico, maestro, tendo atuado como cantor, com voz de tenor. Teriam os dois se conhecido no Conservatório? Seria Pedro Cunha também um ex-aluno? Ao retornar à listagem de premiados, localizei o seu nome. Pedro Luiz da Cunha Filho (1840 – 1924) foi aluno do Conservatório de Música. Ele recebeu medalha de prata em Solfejo em 1859 (Jornal do Commercio, 17 de dezembro de 1859, ed. 347, p. 1) e menção honrosa de 2º grau em 1861 (Correio Mercantil, 20 de dezembro de 1861, ed. 336, p. 1). Era bem possível que Leonor e Pedro tivessem se conhecido no Conservatório, ou por meio de uma rede de sociabilidades envolvendo alunos, alunas e ex-alunos.

Além de cantar como tenor e ser diretor de concertos e festividades religiosas, Pedro Cunha trabalhou como despachante municipal (Correio Mercantil, 1863, ed. 30, p. 3) e em 1864, anunciou-se que era telegrafista da extinta repartição dos telégrafos ópticos (Diário do Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1864, ed. 282, p. 1). O rapaz teve com Leonor uma filha de nome Zulmira, que faleceu em 8 de julho de 1896 (Jornal do Commercio, 7 de agosto de 1896, ed. 220, p. 8). Em 1901, o casal veio aos jornais convidar para a missa de sétimo dia de sua segunda filha, Cacilda (Jornal do Brasil, 30 de setembro de 1901, ed. 273, p. 4).

Leonor de Castro faleceu em junho de 1918. Pedro Cunha anunciou a passagem de “sua extremosa esposa Leonor de Castro Cunha”, convidando para o enterro no dia 22 de junho de 1918 (Correio da Manhã, 22 de junho de 1918, ed. 7056, p. 11). Seu marido mandou rezar missas todos os anos em sua intercessão (Jornal do Commercio, 22 de junho de 1919, ed. 171, p. 17; O Brasil, 1 de julho de 1923, ed. 424, p. 3) até sua morte em 1925 (Correio da Manhã, 17 de novembro de 1925, ed. 9451, p. 10).

A última etapa da pesquisa foi confrontar as informações dos periódicos com registros cartoriais e paroquiais do site *FamilySearch*. Por meio dos assentamentos de batismo e óbito, foi possível saber que Zulmira e Cacilda nasceram respectivamente em 1880 e 1885, tendo ambas falecido aos dezesseis anos. Zulmira foi declarada como filha natural, já Cacilda, como legítima, o que sugere que Pedro e Leonor tenham se casado em data posterior ao nascimento da primogênita, ainda que na fotografia de 1878 ela já tenha assinado com o sobrenome Cunha (Brasil, 10 de maio de 1888; Brasil, 8 de julho de 1896; Brasil, 24 de setembro de 1901).

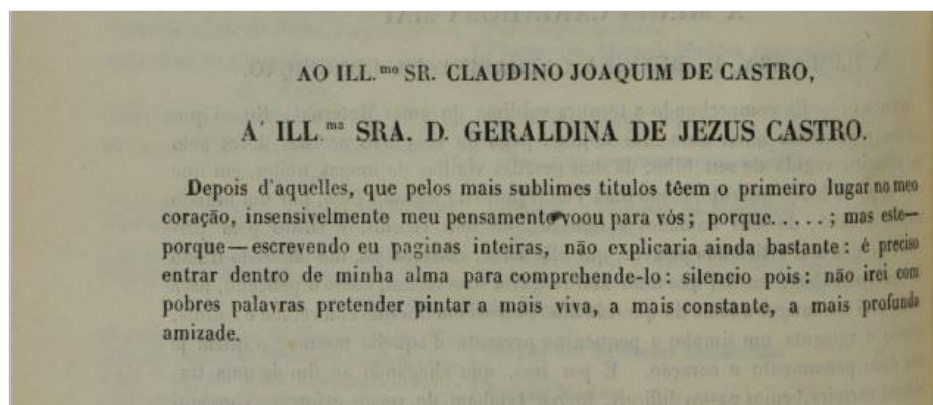
Com o primeiro e o segundo nome de casada, a data do primeiro casamento e a de seu óbito encontrada nos periódicos, localizei os registros referentes a Leonor Tolentina de Castro. Ela nasceu em 10 de setembro de 1846 (Brasil, 19 de setembro de 1846), era brasileira, de cor *morena* (Brasil, 21 de junho de 1918). No assentamento de casamento com Fortunato Fazenda (Brasil, 6 de fevereiro de 1864), dizia-se que Leonor era filha legítima de Geraldina de Jesus Castro (bat.02/02/1806 – 1856) e de Claudino Joaquim de Castro, natural de Paraty, mestre alfaiate (Diário do Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1829, ed. 80002, p. 3).

Claudino de Castro teria sido remunerado pela confecção de “uniformes e fardamentos” para o imperador e para oficiais do Paço Imperial e da guarda de Arqueiros (Freesz, 2014, p. 79). Ele chegou a ser condecorado com o hábito da ordem do Cruzeiro como alfaiate da casa imperial (Diário do Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1840, ed. 223, p. 4). Claudino se relacionava com músicos, possivelmente com Francisco Manoel da Silva, uma vez que foi sócio honorário da Sociedade Beneficência Musical desde a administração de 1834, assim como secretário em 1835, 1836 e 1837 (Meyer, 2023, Apêndice VI, s. n.; Jornal do Commercio, 7 de novembro de 1835, ed. 247, p. 3; Jornal do Commercio, 5 de março de 1836, ed. 52, p. 3).

Geraldina, a mãe de Leonor, teve como padrinho de batismo o Coronel Fernando José de Almeida, proprietário do Teatro de S. João (Diário do Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1822, ed. 1100011, p. 3 e 4; Andrade, 1867, v. I, p. 108-111). Neste registro também constava que ela era filha legítima de Bento Manoel de Jesus e de Leonarda Margarida de Faria, e que seria uma “parda liberta” (BRASIL, 2 de fevereiro de 1806). Por sua vez, no casamento de Bento e Leonarda, avós maternos de Leonor, se dizia que Bento Manoel de Jesus era “pardo forro filho natural de Joanna Maria, parda forra” e de Leonarda Margarida de Faria “parda forra filha de Joanna [...] de Guiné, escrava do Cap[itão] Luiz Manoel de Faria, batizada na Sé desta Cidade [...]” (BRASIL, 9 de agosto de 1788). Desta forma, foi identificado que a bisavó da primeira professora do Conservatório de Música era escravizada, e Leonor era descendente de negros libertos por parte de sua mãe.

Claudino e Geraldina foram muito estimados por Joaquim Manoel de Macedo. O escritor chegou a lhes fazer uma homenagem na sua tese de conclusão da faculdade de Medicina em 1844, intitulada *Considerações sobre a nostalgia*:

FIGURA 3 – Dedicatória de Joaquim Manoel de Macedo aos pais de Leonor de Castro.



Fonte: Macedo, Joaquim Manoel de. *Considerações sobre a nostalgia*, 1844

O pai de Leonor de Castro faleceu prematuramente, antes de 1851, pois neste ano foi “arrematado em praça do juízo de órfãos” uma chácara no Rio Comprido, na rua da Conciliação n. 10, “pertencentes às menores filhas do finado Claudino Joaquim de Castro” (Diário do Rio de Janeiro, 16 de junho de 1851, ed. 8720, p. 4). Após a perda do marido, Geraldina se casou com o irmão dele, Joaquim Manoel da Silva Castro (1806-1893), em julho de 1849. Por isso o homem era tio e padraсто da professora, além de padrinho de batismo. Foram testemunhas do casamento de Geraldina com Joaquim Manoel o violinista baiano José Joaquim dos Reis, músico de destaque e de intensa atuação no período, e o já falado Joaquim Manoel de Macedo (Brasil, 11 de julho de 1849). A sua mãe faleceu em 1856, a deixando órfã aos dez anos (Correio Mercantil, 20 de novembro de 1856, ed. 319, p. 1).

O primeiro casamento de Joaquim Manoel da Silva Castro ocorreu em 1836, com Joanna Luiza de Jezus Castro (bat. 12 de fev. de 1803 – 1848), de cor parda, irmã de Geraldina (Brasil, 12 de fevereiro de 1803; Brasil, 14 de abril de 1848). Leonor tinha três irmãs - Geraldina Gualberta de Castro Reis, que foi casada com José Joaquim dos Reis, filho do violinista José Joaquim dos Reis, mencionado acima (O Cruzeiro, 13 de agosto de 1878, ed. 224, p. 3); Amalia Efigenia de Castro Souza (Correio Mercantil, 13 de janeiro de 1867, ed. 13, p. 4), casada com Francisco de Assis Rodrigues Souza, militar (Correio Mercantil, 12 de setembro de 1867, ed. B00241, p. 4) e Cecília Claudina de Castro Rocha, casada com João de Alvarenga Rocha, também militar (Correio Mercantil, 1 de dezembro de 1857, ed. 328, p. 3; Laemmert, 1854, p. 229). Cecília Claudina e João Alvarenga tiveram Geraldina de

Alvarenga que se casou com Ludgero Elias Guimarães (Correio da Manhã, 7 de outubro de 1927, ed. 10040, p. 11). Leonor presentearia a sobrinha Geraldina com a fotografia em 1878.

O casamento de sua irmã Geraldina Gualberta com Joaquim José dos Reis filho pode ter influenciado a nomeação de Leonor como professora do Conservatório, pois em 1866, tanto o pai, o baiano Joaquim José dos Reis, quanto o filho, cunhado de Leonor, eram respectivamente diretor e secretário da Sociedade Musical de Beneficência (Laemmert, 1866, p. 344). Não teria sido incomum que o mesmo procedimento para escolher os professores, realizado nos primeiros anos da instituição, isto é, por meio da Sociedade, tivesse sido realizado para apontar Leonor para o cargo, além do fato dela ter sido aluna de Francisco Manoel. Mais um indício é que o pai de Leonor, Claudino Joaquim de Castro, teria sido membro da associação de músicos, desenvolvendo provavelmente estreitos laços de convivência com os sócios, inclusive com Francisco Manoel da Silva. Esta preferência pode, finalmente, ter partido do próprio Imperador, que no passado teria condecorado seu alfaiate Claudino pelos serviços prestados.

### **Considerações finais**

A partir dos vestígios biográficos encontrados sobre Leonor de Castro e sua família, é possível perceber a importância de redes de sociabilidades construídas em diferentes momentos de sua trajetória. Estas redes podem ter levado, por exemplo, a um bom posicionamento social de sua família, tendo seu pai se tornado o alfaiate do imperador D. Pedro II e amigo do intelectual Joaquim Manoel de Macedo. Tais sociabilidades podem ter facilitado sua nomeação e propiciaram a oportunidade de construir uma segunda parceria conjugal, talvez em termos diferentes dos acordos matrimoniais da época. Teria a união sido baseada na amizade, cumplicidade, admiração, afeto, amor?

Há que se notar a atuação potente de Leonor, uma mulher de ascendência negra, que ficou à frente de uma cadeira do Conservatório por vinte e quatro anos, formou gerações de mulheres e recebeu a estima e o reconhecimento de seus pares, que chegaram a idealizar um prêmio com seu nome, assim como de suas alunas, que não se intimidaram diante do presidente da República ao interceder por ela. Durante estes vinte e quatro anos ela foi remunerada, diferentemente de outros professores do

Conservatório, que por muito tempo trabalharam gratuitamente.

Mais do que trabalho enquanto subsistência, a atuação de Leonor no Conservatório e nas igrejas dava sentido à sua vida, possuindo uma “dimensão simbólica em termos de realização de si e de reconhecimento social”. Ela era identificada e reconhecida pelo que fazia, sendo esta atuação parte de sua identidade enquanto profissional e enquanto pessoa (Dubar, 2012, p. 354). Sua vida foi marcada por conquistas e pelo reconhecimento de seus pares, gerando um êxito social, uma valorização de sua autoestima e uma realização profissional (Dubar, 2012, p. 361). Dificuldades, desafios e perdas também a atravessaram. Leonor de Castro foi demitida após anos de dedicação ininterrupta ao Conservatório. É provável que ela tenha tomado a iniciativa de deixar o marido e viver com um colega músico. Com ele teve duas filhas, já em idade madura, aos 34 e 39 anos. Ao seu lado viveu a dor de perdê-las, ambas aos dezesseis anos.

Leonor abriu caminho para outras professoras do Conservatório, suas ex-alunas Idalina Rocha e Emilia de Castro, e certamente para muitas mulheres que fizeram da música o seu sustento e o de suas famílias. Ela inicialmente parecia não atuar como cantora em festividades de forma remunerada, mas nos anos finais de sua vida, tocou órgão e *harmonium* ao lado e sob direção musical de seu parceiro.

O uso de periódicos na pesquisa trouxe uma riqueza de informações e mostrou como é possível conhecer, com maiores ou menores detalhes, vestígios de vidas comuns, “infames” (Foucault, 2006), suas lutas, conquistas, relações sociais dentro de suas comunidades e com a sociedade em geral. A associação destas fontes com os registros do site *FamilySearch* trouxe a possibilidade de fazer um estudo que abordasse gênero, classe e raça. Finalmente, as informações contidas na foto, o único documento pessoal a que tive acesso, propiciaram que eu pudesse conhecer a segunda metade da vida profissional de Leonor, bem como os seus laços de parentesco, o que trouxe uma dimensão mais complexa, rica e afetiva da vida e atuação da primeira professora do Conservatório de Música.

Leonor é uma inspiração para mim pelas oportunidades que teve, mesmo em uma vida marcada por perdas, pelas escolhas que fez, investindo na construção de uma carreira e de um lugar profissional ao lado de um corpo docente e administrativo totalmente masculino, tendo resistido e crescido profissionalmente ao longo de sua trajetória na instituição. Talvez em um duro momento de ruptura,

assaz injusto e desafiador, ela possa ter feito a opção de ficar com as vozes do acolhimento e com a certeza dos frutos colhidos ao longo dos anos de Conservatório, sendo inspiração e oportunizando o acesso a conhecimentos musicais por centenas de mulheres.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE BELAS ARTES. Conservatório de Música. **Livro de Atas** (1841-1856). Ata da reunião de 29 de abril de 1856. Acervo Museu D. João VI / EBA/ UFRJ. Documento Manuscrito. Documento manuscrito. Notação 6151.

ACADEMIA DE BELAS ARTES, Conservatório de Música. **Pedido de remuneração a Idalina Rocha e Emília Vieira por cerca de dois meses de serviço**. Museu D. João VI. 12 de julho de 1887, Notação 2323.

ACADEMIA DE BELAS ARTES, Conservatório de Música. **Pedido de remuneração a Idalina Rocha e Emília Vieira**. Museu D. João VI. 9 de julho de 1887, Notação 2324.

ACADEMIA DE BELAS ARTES. Conservatório de Música. Museu D. João VI. **Listagem de professores do Conservatório de Música com datas das portarias de nomeação**. 18 de abril de 1887. Acervo Museu D. João VI. Documento manuscrito. Notação 2180.

ALBUQUERQUE, Clara Fernandes. **Filhas do Conservatório de Música: a institucionalização do ensino musical profissionalizante e a atuação de professoras de música no Rio de Janeiro oitocentista (1853-1873)**. Tese (Doutorado em Música). Programa de Pós Graduação em Música, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2023.

ALMANAK LAEMMERT. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e Província do Rio de Janeiro. (1844-1891)

AMORIM, Humberto. O ensino de música nas primeiras décadas do Brasil oitocentista (1808-1822). **Opus**, v. 23, n. 3. p. 43-66, dez. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20504/opus2017c2303>. Acesso em: 29 de junho de 2024.

ANDRADE, Ayres de. **Francisco Manuel da Silva e seu tempo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967. 2 v. (Coleção Sala Cecília Meireles, v. 1).

AUGUSTA, Nisia Floresta Brasileira. **Opúsculo Humanitário**. Rio de Janeiro: Typographia M. A. Silva Lima, 1853.

AUGUSTO, Antonio José. **A questão Cavalier**: música e sociedade no Império e na República. 2008. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História Social, Rio de Janeiro, RJ.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história**: especialidades e abordagens. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2004.

BIBLIOTECA ALBERTO NEPOMUCENO. **Álbum Comemorativo do Centenário da Escola Nacional de Música**: Francisco Manoel da Silva (1848) – Joanídia Sodré (1948). Rio de Janeiro: Escola de Música da UFRJ, 1948.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do Diretor do Conservatório de Música Thomaz Gomes dos Santos apresentado em 31 de março de 1870**. Documento anexo ao Relatório apresentado à Assembleia Geral na 2ª Sessão da 14ª Legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império Paulino José Soares de Souza. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do Diretor do Conservatório de Música Thomaz Gomes dos Santos apresentado em 28 de abril de 1871**. Documento anexo ao Relatório apresentado à Assembleia Geral na Terceira Sessão da Décima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império Dr. João Alfredo Correa de Oliveira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1871.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do Diretor do Conservatório de Música Antonio Nicolau Tolentino apresentado em 30 de abril de 1875**. Documento anexo ao Relatório apresentado à Assembleia Geral na Segunda Sessão da Décima Quinta Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Dr. João Alfredo Correia de Oliveira. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império. **Relatório do ano de 1886 apresentado a Assembleia Geral Legislativa** na Segunda Sessão da Vigésima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Ambrósio Leitão da Cunha, Barão de Mamoré. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

BRASIL. **Recenseamento do Brasil em 1872**. 12 volumes. Município Neutro (volume 5). Rio de Janeiro, Typ. G. Leuzinger, [1874 ?]. Disponível em [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v5\\_mn.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v5_mn.pdf). Acesso em 08 de junho de 2024.

BRASIL, Rio de Janeiro, **Registros da Igreja Católica, 1616-1980**. Data base com imagens, *FamilySearch*. Leonor de Castro (registro de batismo, 19 de setembro de 1846). Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Freguesia de São José. Batismos de livres, 1843-1852. Imagem 170

de 191. Rio de Janeiro, 30 de julho de 2023. Disponível em:  
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8T-32GP>

BRASIL, Rio de Janeiro, **Registros da Igreja Católica, 1616-1980**. Data base com imagens, *FamilySearch*. Leonor Tolentina de Castro (registro de matrimônio, 6 de fevereiro de 1864). Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Antiga Sé, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2023. Freguesia de São José. Matrimônios de livres, 1851-1868. Imagem 23 de 60. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8Y-66Y6>

BRASIL, Rio de Janeiro, **Registro Civil, 1829-2012**. Data base com imagens, *FamilySearch*. Leonor de Castro Cunha (registro de óbito, 21 de junho de 1918). Corregedor Geral da Justica. Registro Civil da 8ª circunscrição. Óbitos da Freguesia do Engenho Velho 1918, abril-julho. Rio de Janeiro, 9 de abril de 2020. Imagem 151 de 203. Disponível em:  
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:79DH-K16Z>

BRASIL, Rio de Janeiro, **Registros da Igreja Católica, 1616-1980**. Data base com imagens, *FamilySearch*. Sevaldina de Jesus (registro de batismo, 2 de fevereiro de 1806). Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Freguesia de São José. Nossa Senhora do Monte do Carmo da Antiga Sé, Rio de Janeiro, Brasil. Batismos de livres, 1799-1808. Imagem 328 de 410. Rio de Janeiro, 27 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8T-KRN8>

BRASIL, Rio de Janeiro, **Registros da Igreja Católica, 1616-1980**. Data base com imagens, *FamilySearch*. Bento Manoel de Jesus (registro de casamento, 9 de agosto de 1788). Cúria Metropolitana. Freguesia de São José. Matrimônios de livres, 1781-1803. Imagem 104 de 364. Rio de Janeiro, 30 de julho de 2023. Disponível em:  
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8P-3MMT>

BRASIL, Rio de Janeiro, **Registros da Igreja Católica, 1616-1980**. Data base com imagens, *FamilySearch*. Geraldina Castro (registro de batismo, 1 de setembro de 1833). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Arquidiocese do Rio de Janeiro. Paróquia do Santíssimo Sacramento da Antiga Sé. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:XVMB-RJC>

BRASIL, Rio de Janeiro, **Registros da Igreja Católica, 1616-1980**. Data base com imagens, *FamilySearch*. Manoel da Silva Castro (registro de casamento, 11 de julho de 1849). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Freguesia de São José. Matrimônios de livres, 1834-1851. Imagem 201 de 226. 29 de julho de 2023. Disponível em:  
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8P-G27W>

BRASIL, Rio de Janeiro, **Registros da Igreja Católica, 1616-1980**. Data base com imagens, *FamilySearch*. Joanna Luisa de Jesus (registro de óbito, 14 de abril de 1848). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Freguesia de São José. Nossa Senhora do Monte do Carmo da Antiga Sé. Imagem 118 de 208. Disponível em:  
<https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8Y-WF57>

BRASIL, Rio de Janeiro, **Registros da Igreja Católica, 1616-1980**. Data base com imagens, *FamilySearch*. Bento Manoel de Jesus (registro de batismo de Joanna de Jesus, 12 de fevereiro de 1803). Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. Freguesia de São José. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8TVZ1B>

BRASIL, Rio de Janeiro, **Registros da Igreja Católica, 1616-1980**. Data base com imagens, *FamilySearch*. Leonor de Castro Cunha (registro de batismo de Cacilda da Cunha, 10 de maio de 1888). Arquidiocese do Rio de Janeiro. Paróquia de São Francisco Xavier. Imagem 45 de 75. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:8BX2-4SN2>

BRASIL, Rio de Janeiro, **Registro Civil, 1829-2012**. Data base com imagens, *FamilySearch*. Leonor de Castro Cunha (registro de óbito de Zulmira Cunha, 8 de julho de 1896). Imagem 182 de 205. Registro Civil da 8ª Circunscrição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:797V-DCZM>

BRASIL, Rio de Janeiro, **Registro Civil, 1829-2012**. Data base com imagens, *FamilySearch*. Leonor de Castro Cunha (registro de óbito de Cassilda Cunha, 24 de setembro de 1901). Imagem 194 de 205. Registro Civil da 8ª Circunscrição. Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em: <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:79D9-LYN2>

CARDOSO, André. **A música na Capela Real e Imperial do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Música, 2005.

CORREIO DA MANHÃ (1918 - 1927)

CORREIO MERCANTIL (1848 – 1867)

DIARIO DE NOTICIAS (1885 - 1888)

DIARIO DO RIO DE JANEIRO (1822-1866)

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista Estudos Feministas**, ano 10, 1/2002.

DUBAR, Claude. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. Trad. Fernanda Machado. **Cadernos de pesquisa**, v. 42, n. 146, p. 351-367, maio/ago 2012.

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Manoel Barros da Motta (org.). Trad. Vera Lucia Avellar Ribeiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. p. 203-222.

FREESZ, Clara Rocha. **Análise de três indumentárias de D. Pedro II:** conservação, expografia, restauração e produção. Monografia (Especialização em Moda, Cultura de Moda e Arte). Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Artes e Design, Juiz de Fora, 2014.

GAZETA DE NOTÍCIAS (1877-1893)

GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. *In:* GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p.249-279.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro.** Biblioteca básica da história da educação brasileira. São Paulo: Cortez, 2008.

HAHNER, June Edith. Mulheres da Elite. Honra e distinção das famílias. *In:* PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria Pedro (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil.** 1ª ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2018, p. 43-64.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Brasil Império.** 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HAZAN, Marcelo. **The Sacred** HAZAN, Marcelo. **The Sacred works of Francisco Manuel da Silva (1795-1865).** Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade do Departamento de Musicologia da Escola de Música da Universidade Católica da América, Washington, D.C., 1999.

INDICADOR ALFABETICO (1863)

JORNAL DO BRASIL (1901- 1912)

JORNAL DO COMMERCIO (1835 - 1919)

LEVI, Giovanni. Sobre a microhistória. *In:* BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História:** novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, 7ª reimpressão. p. 133-162.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. *In:* PRIORE, Mary del. (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2017. 10. ed., 5ª reimpressão. p. 443-481.

MACEDO, Joaquim Manoel de. **Considerações sobre a nostalgia.** Tese apresentada à Faculdade

de Medicina do Rio de Janeiro e sustentada em 11 de dezembro de 1844. Rio de Janeiro: Typographia Imparcial de Francisco de Paula Brito, 1844.

MEYER, Anne Christina Duque Estrada. **Entidades de classe dos músicos no Rio de Janeiro (1784-1941):** Uma historiografia analítica. Irmandade de Santa Cecília (1784-1824), Sociedade Beneficência Musical (1833-1896) e Centro Musical do Rio de Janeiro (1907-1941). Tese (Doutorado em Música). Programa de Pós Graduação em Música, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2023.

NOVIDADES (1890)

O CRUZEIRO (1878, 1890)

O PAIZ (1885)

O TEMPO (1893)

PEDRO, Joana Maria; NOGUEIRA, Isabel Porto; ZERBINATTI, Camila Durães. A Emergência do Campo Música e Gênero no Brasil: Reflexões Iniciais. **Descentrada**. La Plata, Argentina, vol. 2, n. 1, e034, março de 2018. Disponível em: <http://www.descentrada.fahce.unlp.edu.ar/article/view/DESe034>. Acesso em 29 de junho de 2018

PRIORE, Mary del. Apresentação. In: PRIORE, Mary del (org.); PINSKY, Carla Bassanezi (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. 10 ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.

RAGO, Luzia Margareth. As Mulheres na Historiografia Brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes (Org.). **Cultura Histórica em Debate**. São Paulo: UNESP, 1995.

REVEL, Jacques. Apresentação. In: REVEL, Jacques (org). **Jogo de Escalas: a experiência da microanálise**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1998. p. 7-14.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Trad. Anne-Marie Milon de Oliveira. Revisão técnica José G. Gondra. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45. p. 434-590, set/dez 2010.

SCHUELER, Alessandra F. M de. Ensaios de História Social da Educação: escolas primárias e professores na Corte imperial. **Momento**. Rio Grande, n. 18, p. 11-33, 2006/2007.

SILVA, Francisco Manuel da. **Compêndio de Música que A. S. M. I. o Sr. D. Pedro II oferece para uso dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II**. Rio de Janeiro: R. Garnier Livreiro Editor, s/d.

SILVA, Janaina Giroto da. **O Florão mais Belo do Brasil: O Imperial Conservatório do Rio de Janeiro 1841-1865**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação de Mestrado em História Social). Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SIQUEIRA, Mariana Nastari. **Do Reino aos trópicos**: apontamentos sobre a Irmandade de São Crispim e São Crispiniano em Portugal e no Rio de Janeiro. ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.

VALDEZ, Diane; ALVES, Miriam Fábila. Espaços de educar: biografias femininas e ensino de história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 19, 2019.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A Casa e seus Mestres: A Educação Doméstica como uma Prática das Elites no Brasil de Oitocentos**. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 2ª Edição. p. 95-134.

## **SOBRE A AUTORA**

Clara Fernandes Albuquerque é doutora em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, mestra em Musicologia pela UFRJ, bacharel em Cravo pela mesma instituição e tem Licenciatura em Educação Artística com habilitação em Música pela UNIRIO. É professora concursada de Educação Musical do Colégio Pedro II desde 2008 e cravista acompanhadora da Escola de Música da UFRJ desde 2010. Vem atuando no curso de Extensão da UFRJ como professora de cravo e de Teoria e Percepção Musical. Participa do grupo de pesquisa GEPEAMUS, coordenado pela professora Dra. Inês de Almeida Rocha e do Grupo de Trabalho Música e Periódicos – GTMP / ARLAC –IMS coordenado pela professora Dra. Maria Alice Volpe. Escreveu um capítulo para o livro *Ecos e Memórias: histórias de ensinos, aprendizagens e músicas*, organizado por Ednardo Monti e Inês Rocha. Suas áreas de atuação e investigação são Ensino e Execução de Cravo, Performance Historicamente Informada, Educação Musical, Percepção Musical, História da Educação Musical e Estudos de Gênero e Música. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1672-5797> | Email: [claralbuquerquecravo@gmail.com](mailto:claralbuquerquecravo@gmail.com)

## **DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA**

- Uso de dados não informado; nenhum dado de pesquisa gerado ou utilizado.